

Dr. Michael Harbin, Justiça social para pessoas marginalizadas

no antigo Israel, Parte 3, O que é justiça social?

© 2024 Michael Harbin e Ted Hildebrandt

Este é o Dr. Michael Harbin em seu ensinamento sobre Justiça Social para Outliers Sociais no Israel Antigo. Esta é a Parte 3: O que é justiça social?

Shalom, eu sou Michael Harbin da Taylor University, e estamos estudando justiça social para outliers no Israel antigo.

Esta sessão é a parte três, analisando a questão de: O que é Justiça Social? Começamos este estudo analisando a cultura de Israel no período em que Deus deu Sua Torá, o Pentateuco e a terra para a nação de Israel no que chamamos de Idade do Bronze Final. No meu próximo comentário sobre Levítico, concluo que Deus deu o material do livro a Moisés para fornecer à nação recém-criada, a nação de Israel, diretrizes sobre como a nação deveria se tornar unificada como um reino de sacerdotes. Como tal, o livro é dividido em duas partes principais.

Os primeiros dez capítulos dão direção para a adoração corporativa para substituir a adoração individual e familiar que os descendentes de Abraão observaram até o tempo do Êxodo. A última parte do livro dá diretrizes sobre como o povo de Deus deveria viver junto, formando o que eu chamo de tecido social da nação. Em antecipação à terra que Deus prometeu à nação, no Sinai, Deus deu preceitos que, se seguidos, produziriam um forte tecido social que preservaria aquela estrutura nacional e social em tempos difíceis.

Hoje, frequentemente pensamos nisso coletivamente como justiça social . Embora esse termo não seja usado no Antigo Testamento, os conceitos estão lá sendo tecidos na Torá ou no ensinamento que Deus recebeu. Ao olharmos para o Antigo Testamento, após o fracasso nacional em Cades-Barnéia e os subsequentes 40 anos de peregrinação pelo deserto, a nação se estabeleceu na terra que Deus havia prometido, muito parecido com este mapa.

De acordo com Josué, descobrimos que eles se estabeleceram em várias centenas de locais, geralmente a vários quilômetros de distância, em uma cultura onde o principal meio de transporte era ir a pé. A comunicação era cara a cara. Como tal, a nação de Israel, durante o tempo dos Juízes e mesmo durante a parte inicial do reino, era realmente uma coleção de várias centenas de pequenas comunidades socialmente isoladas, unidas em parte por uma ancestralidade comum, mas mais importante, pela experiência comum do evento do Êxodo, resultando em um sistema

de adoração comum do único Deus verdadeiro e um ensinamento comum sobre como a sociedade deveria funcionar.

Na Parte 1, nós olhamos como uma única comunidade pode ser estruturada, e nós examinamos algumas das normas sociais que a estrutura produziu dentro da comunidade. Nosso objetivo nesta série de palestras é derivar princípios dessa estrutura social pelos quais nós podemos então aplicar a cultura de hoje como diretrizes para a justiça social. Mas quando eu comecei a estudar a ideia de justiça social no Antigo Testamento há quase 15 anos, eu descobri que há uma série de entendimentos diferentes do que é justiça social.

Consequentemente, precisamos primeiro esclarecer o que queremos dizer com justiça social de acordo com o termo. De acordo com Friedrich Hayek, o termo justiça social é um termo relativamente moderno, aparentemente traduzido de uma frase italiana cunhada por um padre italiano, Luigi Taparelli d'Azeglio, em 1840. Michael Novak concorda com essa avaliação, e ambos concordam que o termo foi definido de forma vaga.

Em uma palestra que Novak deu em 2009, ele dá cinco maneiras diferentes de como a frase é usada popularmente. A ideia original era recuperar o senso geral de justiça em Aristóteles em uma forma contemporânea. Ao olharmos para essas coisas individuais que Novak pega, ele as define da seguinte forma.

Uma é a distribuição. Esta é uma visão bastante genérica que aparece no dicionário, onde a justiça social é definida como a distribuição das vantagens e desvantagens na sociedade. Novak se opõe à adição do termo ao termo distribuição porque parece adicionar alguma força extra-humana, a mão visível, por assim dizer, que faz a distribuição. Em termos de instituição da justiça social, isso geralmente é visto como uma agência humana poderosa, geralmente o governo.

Igualdade. Isso aborda a ideia de vantagens e desvantagens. Esta visão começa com a premissa de que a igualdade é boa e deve ser aplicada. Novak continua observando que a visão na verdade distorce a ideia de igualdade, separando-a de justiça, equidade ou equitativa para porções iguais. Esta é basicamente a imagem que temos quando as crianças discutem sobre quem tem o maior pedaço de bolo quando uma criança tem cinco anos com pouco apetite enquanto seu irmão é um jogador de futebol adolescente.

Novak sustenta que o que é equitativo é, em vez de dar o que é proporcional aos esforços dos outros — três, bem comum. A ideia de bem comum é um termo que remonta a Aristóteles, e parece valer a pena, mas Novak observa que o problema é quem decide o que é o bem comum.

Em pequenas comunidades, geralmente no mundo antigo, isso era feito pela pessoa mais sábia e forte. Sob a governança moderna, com a ascensão do estado moderno, Novak sugere que essa autoridade foi preemptada pelo estado burocrático. E em vez de um único indivíduo que seria responsável, são organizações em burocracia sem responsabilidade. Ele alega que o bem comum é realmente uma desculpa para o controle total do estado e o totalitarismo.

Quatro, agenda progressiva. Novak argumenta que a agenda progressiva se desenvolveu quando a Europa começou a mudar de uma sociedade agrária para cidades comerciais lotadas no início da era industrial.

Embora essas não tenham sido as primeiras fábricas, elas foram o começo de uma migração em massa para as cidades e da revolução industrial nos centros industriais. Em essência, a agenda progressista foi uma reação ao que aconteceu na transição cultural, pois ela cortou os trabalhadores de suas fazendas. Eles não cultivavam mais sua própria comida.

Eles trabalhavam na fábrica por dinheiro para comprar comida. Tanto fazendeiros quanto operários trabalhavam do amanhecer ao pôr do sol e encontravam diferenças na natureza de suas condições de trabalho e de vida. Na sociedade agrária, o fazendeiro normal tinha uma casa e comida para comer.

Embora não fossem ricos, não eram pobres. Devido à natureza da sociedade europeia, eles viviam na terra que cultivavam ou perto dela. Na cidade, as circunstâncias eram diferentes.

Eles eram totalmente dependentes do salário. Embora também vivessem perto do local de trabalho, as condições de vida eram muito mais lotadas e insalubres. A ideia da agenda progressiva era corrigir alguns dos erros que surgiram quando os seres humanos caídos lutaram para se ajustar às novas condições.

Cinco, compaixão. Compaixão parece ter se tornado um slogan de qualquer coisa que seja feita ostensivamente para ajudar os pobres. Isso inclui quase todas as revoluções modernas.

Novak afirma, citação, mais pecados foram cometidos em nome da compaixão nos últimos 150 anos pelos nazistas, pelos comunistas e pelos déspotas africanos e asiáticos que justificam seus regimes como socialistas do que por qualquer outra força na história. Fim da citação. O conceito mais comum destes parece ser o de distribuição.

Novak usa uma definição de dicionário da distribuição de vantagens e desvantagens na sociedade. Este, em essência, é o significado encontrado em recursos populares

da web, incluindo o recurso da web Wikipedia. Ele começa seu artigo sobre justiça social com esta definição.

Justiça social é justiça em termos de distribuição de riqueza, oportunidades e privilégios dentro de uma sociedade. Descobri que isso é semelhante às definições em outros lugares. Por meio de várias pesquisas na internet de organizações que defendem a justiça social, encontrei uma definição como esta.

A National Association of Social Workers em 2015 diz que é a visão de que todos merecem direitos e oportunidades econômicas, políticas e sociais iguais. O Office of Social Justice and Human Rights, liderado por Matthew Robinson na Appalachian State University, expressa algo semelhante. Ele diz que o direito ao tratamento equitativo e apoio aos seus direitos humanos e alocação justa de recursos comunitários.

Esta é uma discussão mais extensa que precede esta breve definição. Como muitas outras definições que ouvi ou vi, geralmente assumidas, todas as três focam no que pode ser denominado direitos e oportunidades. Minha reação imediata a essa ideia é afirmação.

Afinal, uma das premissas básicas fundamentais dos Estados Unidos, conforme expressa na Declaração de Independência, é que todo indivíduo tem, entre aspas, certos direitos inalienáveis que incluem vida, liberdade e a busca da felicidade, fim das aspas. No entanto, uma consideração mais profunda levantou várias questões. Primeiro de tudo, o que constitui um direito? Mais fundamentalmente, poderíamos perguntar, quem ou o que é a autoridade que delinea esses direitos? Thomas Jefferson afirma que esses direitos foram dotados por nosso Criador.

Jefferson, como a maioria dos pais fundadores, expressou uma perspectiva judaico-cristã, que na verdade derivava diretamente do mesmo texto do Antigo Testamento que veremos neste estudo. Como tal, os cristãos contemporâneos não deveriam ter problemas com isso, já que concordaríamos que nossos direitos são inerentes ao mundo que Deus criou. No entanto, para um não cristão, especialmente alguém que afirma ser agnóstico ou ateu, isso levanta um problema.

Se a vida é meramente um produto do tempo e do acaso, e a base da vida é a sobrevivência do mais apto, então a ideia de que todos têm direitos iguais contradiz sua premissa básica de que todos estão competindo com todos os outros para sobreviver. Dentro de uma estrutura evolucionária, não há direitos. Terceiro, e quando nossos direitos entram em conflito? Se presumirmos que temos direitos, independentemente de reconhecermos ou não a fonte, então outra questão é: o que acontece quando meus direitos entram em conflito com os de outra pessoa? Por exemplo, John Locke desenvolveu o conceito de alocação justa de Robinson, que

examinamos brevemente no Appalachian State, e Locke limita os direitos de alguém ao que ele chama de partilha justa.

Ele ilustra esse conceito com uma analogia de coleta de bolotas e argumenta que a parte justa de alguém é apenas o que ele ou ela pode usar razoavelmente, citando, antes que estrague. O que estiver além disso é mais do que sua parte, fim da citação. Pelo que entendi Locke, se temos tanto que estraga porque não podemos usar, então realmente não temos direito a isso.

Mas com base nessa descrição, a proposição de Locke sobre a cota justa de bolotas realmente só se aplica a bens que estragam. Ele diz, ou não aborda como isso determina a cota justa de itens não perecíveis. Além disso, mesmo para bens perecíveis como bolotas, só funciona se a árvore estiver na floresta, à qual todos têm acesso.

Ou seja, são recursos comunitários. E se aquele carvalho estiver no meu quintal? Se ele produzir tantas bolotas que eu não possa usá-las antes que estraguem, perdi o direito de usar minha árvore? Não tenho mais direito à privacidade ou à propriedade? E se aquele carvalho amadurecer a ponto de seus galhos ficarem pendurados sobre o quintal do meu vizinho, sombreando seu jardim para que seus tomates não cresçam? Para tornar isso mais complexo, o que acontece com as bolotas do meu carvalho que caem no quintal dele? Embora haja uma série de questões que poderíamos discutir ou mesmo debater, eu sugeriria que um ponto claro é que meus direitos não são absolutos às custas dos de outra pessoa.

A quarta pergunta é: qual é a oportunidade? Acho interessante que tantas definições de justiça social usem o termo oportunidade. O que significa dizer que todos devem ter uma oportunidade igual? Além disso, como abordamos as barreiras à igualdade? Geralmente, vemos isso como um conceito proativo destinado a eliminar barreiras que impedem alguém de uma determinada atividade ou direção. Mas o que isso significa? Geralmente interpretamos isso como significando que não deve haver barreiras arbitrárias ou artificiais, como raça, gênero ou crenças pessoais quando o indivíduo de outra forma atende a todas as qualificações. Às vezes, no entanto, há uma linha tênue entre uma barreira artificial e uma real, e parece que hoje há muita confusão em relação a essa diferença.

Muitos aspectos da vida não são barreiras por si só, mas afetam nossas oportunidades. Começa com quem são nossos pais e como eles nos criaram. Inclui nossos irmãos, quantos temos, onde moramos, onde estudamos, quais são nossas habilidades dadas por Deus, quais são nossos pontos fortes e fracos e quais são nossos gostos e desgostos.

Todos nós enfrentaremos situações em que não teremos uma oportunidade que desejaríamos por causa de uma multidão de limitações. Como ilustração, em Mateus

19:12, Jesus observa uma variedade de eunucos, indivíduos que nunca terão filhos. Jesus declarou: Há eunucos que nasceram assim do ventre de sua mãe, e há eunucos que foram feitos eunucos pelos homens, e há também eunucos que se fizeram eunucos por causa do reino de Deus.

Embora seu ponto seja que algumas pessoas voluntariamente escolhem não ter filhos para o reino de Deus, haverá alguns que não terão a oportunidade de ter filhos porque nasceram estéreis. Outros não terão a oportunidade de ter filhos porque foram castrados. Como lidamos com acidentes? Além das limitações, à medida que passamos pela vida, há uma grande variedade de acidentes que eliminam oportunidades.

Inúmeros indivíduos sofreram reveses por causa de acidentes. Como Eclesiastes coloca, A carreira não é dos rápidos, as batalhas não são dos guerreiros, e nem o pão é dos sábios, nem a riqueza dos que discernem, nem o favor dos homens de habilidade, pois o tempo e o acaso os alcançam a todos. Eclesiastes 9:11 . Mesmo que tenhamos oportunidades e as aproveitemos, outro fator que é negligenciado é a questão do fracasso.

Só porque eu sou capaz de aproveitar uma oportunidade não garante sucesso. Nos EUA, uma área de oportunidade aberta a todos é estabelecer um novo negócio. De acordo com a Small Business Association, cerca de 30% dos novos negócios falham no primeiro ano, e cerca de metade falha nos primeiros cinco anos.

As razões variam. Embora em alguns casos seja resultado de acidentes, na maioria das vezes, eles parecem se enquadrar na categoria de preparação e recursos. Ou o novo proprietário não fez a preparação adequada para garantir que ele ou ela realmente tenha um mercado viável para o produto, ou o empreendedor não desenvolveu recursos financeiros adequados para lidar com o custo de criação e resistência ao início geralmente lento de um novo negócio até que ele possa se sustentar por si só.

Uma observação semelhante pode ser feita em relação ao ensino superior, ou seja, faculdade. Aqui, a taxa de fracasso é virtualmente a mesma que a dos negócios. Especificamente, de acordo com o Departamento de Educação dos EUA, quase metade de todos os alunos que começam a faculdade não se formam em seis anos.

Há uma série de razões para isso, mas, geralmente, elas se enquadram nas categorias amplas de preparação ou recursos. Por um lado, um aluno pode não estar preparado para o trabalho da faculdade, e há muitas razões pelas quais isso pode ser assim. Por outro lado, ele ou ela pode não ter os recursos e, em alguns casos, necessidades financeiras, o que pode ser um problema de preparação.

No entanto, na maioria das vezes é uma falta de desejo ou motivação, para ser honesto, uma questão de habilidade. Muitas coisas podem levar ao fracasso. Uma que não é abordada adequadamente é que o fracasso pode ser o resultado de erros, frequentemente em questões de moralidade.

Embora possam não afetar diretamente o trabalho, afetam o caráter. Enquanto preparava esta palestra, li sobre um xerife que perdeu o emprego porque fez uma proposta a uma prostituta. Mesmo que nossa cultura seja deficiente, questões morais ainda importam.

Os jovens homens e mulheres de Catlin foram permanentemente desviados do sucesso ou até mesmo morreram por causa de experimentação com drogas, álcool, sexo ilícito ou uma ampla variedade de más condutas. O ponto principal é que essas definições de justiça social e muitas outras semelhantes parecem apresentar o que chamo de um conceito truncado de justiça social. A primeira definição é o que é uma cota justa? Não definimos cota justa, então como sabemos que a temos? Os teóricos parecem apoiar a prioridade do conceito de cota justa, mas há muitas diferenças quanto ao que constitui uma cota justa.

Na realidade, isso é quase sempre usado em conjunto com direitos. Ou seja, aborda os benefícios que obtenho por estar na sociedade. Há muito que poderíamos discutir sobre isso, e é algo com que tenho lutado regularmente desde que comecei a explorar essa questão, não apenas em termos de teoria e aplicação cultural, mas também na minha própria vida.

Qual é a minha cota justa? Qual é a base de comparação? Não há realmente uma boa definição, e não há consenso sobre qual deve ser minha justiça. E embora pareça haver um impulso crescente em direção à ideia de igualdade, muito disso parece vir, francamente, de ciúme e ganância. Aqueles que não se ressentem daqueles que o fazem.

E aqueles que o fazem se ressentem do que percebem como uma tentativa de tirar o que eles têm. Além disso, a definição é ambígua. Nos leva de volta à nossa definição.

Como geralmente abordamos bens físicos? Distribuição é um tanto ambígua porque pode ser usada passiva ou ativamente, e frequentemente confunde necessidades e desejos. Uma definição ou uso passivo de distribuição pode sugerir dispersão aleatória. Um exemplo pode ser o padrão de chumbinhos em um tiro de espingarda.

No caso da justiça social, ela refletiria uma dispersão de vantagens ou desvantagens onde o que alguém possui é simplesmente uma questão de acaso. Essencialmente, são itens sobre os quais não se tem controle. Aqui, podemos pensar nas habilidades ou deficiências que alguém recebe ou nasce com, ou na situação em que nasce.

O uso da distribuição ativa sugere que as vantagens ou desvantagens que alguém recebe ao longo da vida podem ou não ser o resultado da situação de nascimento de alguém. Pode ser uma força direta de forças sociais, seja intencional ou acidental. A literatura de justiça social geralmente usa o termo no último sentido e tenta mudar as forças sociais para corrigir desigualdades.

Como Novak descreve, a maioria das pessoas vê a distribuição como um processo pelo qual uma sociedade ou uma cultura distribui bens e serviços, implicando que alguma força extra-humana ou a mão visível faz o trabalho. Ou seja, existem algumas agências humanas muito poderosas, geralmente o estado. Embora vantagens e desvantagens sejam fatores, a discussão moderna geralmente se concentrou nas desvantagens, e muito do esforço de justiça social geralmente pareceu ser uma tentativa de neutralizar intencionalmente essa dispersão anterior e corrigir artificialmente as desvantagens.

No entanto, mais recentemente, tem havido um esforço aberto para usar a força social para erradicar vantagens independentemente da origem. Outra razão pela qual isso é truncado é que ele aborda apenas o que eu deveria receber. Ele deixa de fora, eu acho, o que eu deveria dar.

Há outra maneira pela qual a justiça moderna é truncada. Essa é a base dos problemas com distribuição. Na introdução ao livro-texto sobre justiça social, Matthew Clayton e Andrew Williams dão uma definição mais ampla que incorpora vantagens e desvantagens.

Dizem que questões de justiça social no sentido mais amplo surgem quando decisões afetam a distribuição de benefícios e encargos entre diferentes indivíduos ou grupos, e eu adicionei o *itálico*. Como tal, a verdadeira justiça social inclui não apenas a riqueza, as oportunidades e os privilégios, mas também a produção de riqueza, os perigos envolvidos e as responsabilidades dentro de uma sociedade. Outra maneira de colocar isso parece ser que o conceito básico de justiça social deriva de duas perguntas que devem ser feitas, devem ser feitas regularmente e devem ser feitas enfaticamente por cada indivíduo.

Primeiro, estou recebendo minha parte justa? Esse é o benefício. Segundo, e mais importante, estou carregando minha carga justa, os fardos? Com muita frequência, a segunda pergunta é completamente esquecida, embora tenha sido historicamente uma qualidade essencial para entender a justiça em geral. Na verdade, essas duas perguntas parecem ter sido feitas historicamente em conjunto ao longo da história até as últimas centenas de anos, no sentido de que a parte justa de alguém pode variar com base na carga que alguém carrega e vice-versa.

Para colocar nas palavras de Jesus, de todo aquele a quem muito foi dado, muito será exigido. Isso está em Lucas 12:48. Na história posterior, isso foi descrito com a expressão francesa, noblesse oblige.

Até Karl Marx parece, em um ponto, ter sustentado essa visão ao desenvolver o comunismo. Sua frase clássica no livro, na obra e na crítica ao programa de Gotha é, como ele pergunta, levanta a questão do que é distribuição justa, e termina como, a cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com sua necessidade. Sua resposta vincula a partilha justa à questão do trabalho igual e à questão de qual é a carga justa de todos.

Além disso, quando começo a perguntar à minha esposa qual é a minha cota justa, minha perspectiva confunde necessidades com desejos. Brincamos sobre isso, especialmente, por exemplo, quando eu poderia usar a frase, preciso de um pedaço de torta. Ela olha para mim e diz, preciso? Eu tinha que qualificar isso? Conforme Marx desenvolve seu conceito, ele afirma que esse ideal estaria presente apenas quando o que ele chama de fase superior da sociedade comunista for desenvolvido, quando todos forem apenas trabalhadores, como todos os outros.

Embora não esteja claro o que ele quer dizer, parece sugerir que os gerentes não funcionam. Nesse ínterim, a ideia de porções iguais e propriedade coletiva foi apresentada como o padrão, o que ignora o lado da capacidade, minha carga justa, da equação. Mais uma vez, uma visão truncada.

Neste caso, a chamada visão progressiva. A presunção é que se não tivermos propriedade privada, então eliminamos a ganância, que é vista como a fonte de opressão de tantas massas. Mas isso é baseado em uma visão muito ingênua da natureza humana.

Seja uma visão bíblica ou uma visão evolucionária, é ingênuo. A visão bíblica é que os seres humanos são caídos com uma natureza egocêntrica que está em conflito com Deus e nossos semelhantes. A visão evolucionária é que os seres humanos estão lutando para serem os mais aptos e, assim, sobreviver, e no processo, expressar uma natureza egocêntrica que está em conflito com nossos semelhantes e não tem espaço para Deus.

A ganância, então, é apenas uma forte manifestação de nosso egocentrismo humano. Não são apenas os ricos que possuem ganância. Todos nós a temos.

E sua presença se torna evidente no momento em que começamos a pronunciar a palavra, meu. Enquanto Marx e seus seguidores defendem a propriedade comunal, ou seja, ninguém é dono de nada. Infelizmente, a realidade é que, como diz o ditado, se todos são donos, ninguém é dono. Ou seja, ninguém cuida disso.

Em essência, a propriedade coletiva e a perda da propriedade privada resultam na perda da cota justa porque remove a motivação para trabalhar da melhor forma possível e, como resultado, todos sofrem. Esta é a lição aprendida da maneira mais difícil por nossos ancestrais puritanos, os primeiros colonos da América. Quando a Plymouth Plantation foi colonizada pela primeira vez, ela definiu sob o aspecto de curso e condição comuns.

Como William Bradford, o governador, descreve em seu trabalho da Fundação Plymouth, eles pensaram, entre aspas, que tirar a propriedade e trazer a comunidade para uma comunidade os faria felizes e prósperos, como se fossem mais sábios que Deus, fim das aspas. Em vez disso, eles morreram de fome. Quando abandonaram essa estrutura e deram a cada família sua própria parcela de terra, a colônia, entre aspas, teve um bom sucesso, pois tornou todos os trabalhadores muito industriais, fim das aspas.

Essas duras lições foram importantes para a fundação do nosso país, como David Barton aponta em seu livro, *The American Story, The Beginnings*. Em contraste com Marx, John Locke argumenta que a propriedade privada como um produto do trabalho deve ser um produto do trabalho. Como Marx, Locke reconhece o problema da ganância, mas sugere uma solução diferente.

Ele propõe limites. Ele argumenta que minha parte é apenas o que eu posso usar razoavelmente antes que estrague. O que estiver além disso é mais do que minha parte.

Isso parece bom, de novo, mas levanta duas questões. A primeira questão aqui, quando olhamos para este ponto, é o que eu faço com os excedentes? Quando o trabalho de alguém produz mais do que se pode usar, o que eu faço? Usando a analogia de coletar bolotas, Locke afirma que os extras seriam deixados para outros. Como observado anteriormente, isso funciona apenas para árvores crescendo na floresta ou fontes semelhantes, então essa analogia não se traduz facilmente em sistemas econômicos complexos onde o trabalho produz múltiplas mercadorias.

Além disso, ao coletar bolotas, alguém poderia parar de coletar quando tivesse o suficiente. O resto ficaria sob a árvore onde outros poderiam pegá-las livremente, ou esquilos as coletariam, ou elas cresceriam em um novo carvalho, ou elas simplesmente apodreceriam. Em um sistema econômico complexo, alguém não pode facilmente desligar seu trabalho.

Locke deixa passar dois outros fatores em sua ilustração. Primeiro, ele não permite a preservação para prover longo prazo... vejamos, onde estamos... excedentes, provisão de longo prazo de bens sazonais. O segundo fator é que a pessoa que coleta bolotas não as produz de fato.

Elas crescem naturalmente no carvalho, e como disse o poeta, somente Deus pode fazer uma árvore. Extrapolando isso, então Deus é quem dá as fontes, e conforme entramos no conceito de justiça social do Antigo Testamento, essa seria a primeira premissa. Primeiro, Deus é o único Criador.

Tudo o que temos foi feito por Ele. A perspectiva bíblica é que somos mordomos ou administradores do que Ele criou. Quando olhamos para Gênesis 1 a 3, vemos dois fatos críticos que fundamentam essa discussão.

Em Gênesis 1:28 a 30, Deus declarou que a humanidade recém-criada, que de acordo com Gênesis 2 consistia de apenas dois indivíduos, um homem e uma mulher, deveria se multiplicar e encher a terra com colegas administradores. Corporativa, eles deveriam subjugar o globo inteiro. A palavra hebraica aqui pode ser interpretada para sugerir que a humanidade deveria colocar o mundo sob administração.

O segundo fato é que Gênesis 2:28 observa que esse casal original foi colocado em um jardim que Deus havia plantado. Esse jardim teria sido uma localização geográfica muito limitada que era de alguma forma diferenciada do resto do mundo criado. Dadas as limitações de duas pessoas, duas pessoas que se moviam a pé, eu sugeriria que provavelmente era muito pequeno comparado ao mundo.

Em essência, os humanos, Adão e Eva, e seus descendentes se tornariam cocriadores à medida que convertíamos o mundo muito bom que Deus criou em um jardim global. Então, administradores de certos ativos, e então para Israel, após a queda, as instruções de Deus para a nação no Sinai de alguma forma ecoaram esse processo. A nação de Israel deveria entrar na terra que Deus lhes deu e se tornar um reino de sacerdotes, mediadores entre outras nações e Deus.

E no processo, eles deveriam ser administradores ou gerentes da terra que Deus lhes deu. Uma ênfase em todo o Antigo Testamento é que os israelitas individuais não possuíam a terra. A terra na qual eles cultivavam, que eles possuíam, não era deles.

Como observamos na primeira parte desta série, cada família extensa tinha uma porção da terra que era sua para administrar, e somente nesse sentido eles a possuíam. É dentro deste contexto que, ao estudarmos a Torá, vemos diretrizes para as pessoas viverem juntas para que cada pessoa aproveite a vida ao máximo. Em essência, estamos falando sobre justiça social corporativa e pessoal, e o propósito é prevenir a injustiça social.

Ou seja, ele fornece diretrizes que são projetadas para prevenir o desenvolvimento de injustiça social, lembrando que cada indivíduo que entrasse na terra receberia uma terra pronta para a agricultura. Ou seja, eles poderiam se mudar e começar a cultivar imediatamente. Aparentemente, a quantidade de terra que cada família receberia seria adequada para sustentá-los.

Mas também, era a quantidade certa para a família estendida trabalhar prontamente nisso, nem muito e nem pouco. A Torá especialmente, dentro do livro de Levítico, fornece princípios para viver em uma comunidade que, se seguidos, iriam, se não eliminados, certamente aliviar a injustiça social. Além disso, o texto fornece exemplos de como esses princípios devem ser realizados.

Mas a Torá também forneceu aspectos corretivos significativos projetados para corrigir injustiças que estavam vinculadas especificamente ao sistema social e econômico da época. É importante reconhecer que a maneira como a Torá apresenta seu princípio enfatiza a questão Estou seguindo minha carga justa. Isso é mostrado de várias maneiras.

Primeiro de tudo, o Antigo Testamento é muito claro que os indivíduos dentro da nação de Israel, na verdade diríamos toda a humanidade, não eram iguais. Seja em termos de status socioeconômico ou status familiar em que se nasceu ou em termos de habilidade natural. Para usar a terminologia de Rawls, esses são aspectos da loteria social, meu status familiar, ou da loteria natural, minhas habilidades naturais.

Mas em vez de ver essas diferenças como aleatórias, o conceito de loteria, o Antigo Testamento as vincula a um Deus soberano e onipotente, observando coisas como no Salmo 139 e Isaías 44. Como tal, em vez de estabelecer diretrizes projetadas para compensar diferenças em posição ou habilidade, o padrão do Antigo Testamento parece ser que, onde haveria expectativas diferentes, a carga que elas carregam sobre os indivíduos é baseada nesses vários fatores. Em essência, a expectativa era que o indivíduo teria habilidade ou posição específica para o bem da comunidade.

O ofício do sacerdócio pode ser um bom exemplo. Na nação de Israel, nem todo mundo podia ser sacerdote. Em vez disso, esse ofício era limitado à tribo de Levi, uma questão de status familiar, à qual era dada a responsabilidade de cuidar do tabernáculo e de todo o seu equipamento.

Números 1 expõe isso, assim como Números 8. Mas nem todos os levitas podiam ser sacerdotes, os indivíduos que tinham responsabilidades específicas pelos sacrifícios. Embora não seja absolutamente claro, Êxodo 28 e Levítico 8 parecem indicar que o sacerdócio real era limitado aos descendentes masculinos de Arão. Infelizmente, Corá, um levita dos coatitas, que era responsável pela manutenção do tabernáculo, uma posição muito importante, não estava satisfeito com seu papel e exigiu fazer parte do sacerdócio.

Por causa de sua rebelião, ele e aqueles que o apoiaram morreram quando a terra os engoliu vivos. Também deve ser notado que os padres tinham certos padrões mais elevados de estilo de vida e maiores fardos. Por exemplo, os padres não podiam se casar com mulheres divorciadas ou viúvas.

Além disso, esperava-se que os sacerdotes trabalhassem no sábado em vez de tê-lo como um dia de descanso. Dado esse contexto, as palavras de Jesus, cada um segundo sua capacidade, que ele profere no caso da parábola dos talentos, não teriam parecido estranhas ao público judeu. Biblicamente falando, a avaliação adequada da capacidade pareceria ser baseada em Deus.

Isto é, quaisquer habilidades que eu tenha me foram dadas por Deus, e sua expectativa era que eu as usasse dentro da cultura em que fui colocado para trazer glória a ele. Isso é algo extremamente impopular hoje, onde se presume que, se eu desejar, posso ignorar até mesmo propriedades físicas básicas determinadas pelo meu DNA na concepção. Uma segunda observação é que, no Antigo Testamento, o sucesso e o fracasso eram vistos tanto em um sentido corporativo quanto individual.

Tanto o sucesso corporativo quanto o individual dependiam de dois itens. Primeiro, manter um relacionamento adequado de confiança com Deus e usar adequadamente o que Deus deu ao indivíduo. 1 Samuel contrasta os dois primeiros reis de Israel, Saul e Davi, individualmente a esse respeito.

Saul é visto como um homem que realmente não entendeu quem Deus é e, como resultado, não usou a habilidade que Deus lhe deu. Um de seus primeiros fracassos foi seu confronto com Golias. Como rei, era esperado que ele representasse a nação nesse tipo de conflito.

Em vez disso, ele demorou e então deixou o jovem, Davi, tomar seu lugar. No final das contas, Saul acabou fracassando, cometendo suicídio no campo de batalha. Em contraste, Davi é visto como um homem segundo o coração de Deus e, apesar de erros graves, é visto como o maior rei que Israel já teve.

Corporativa, a perspectiva do Antigo Testamento parece ser que se todos na nação realmente confiassem em Deus, tivessem uma fé corporativa e estivessem fazendo seus trabalhos e trabalho corporativo, Deus abençoaria a nação corporativamente, e cada indivíduo compartilharia dessa bênção corporativa. Acho isso contrário à ideia de Dworkin de que a sorte é um elemento-chave que determina os resultados. Ao olharmos para essas questões, precisamos lembrar que o Antigo Testamento também reflete um mundo caído, onde seres humanos falhos e pecadores lutam e enfrentam problemas não facilmente explicados pela visão simplista do pecado.

Ou seja, nem todo fracasso é visto como resultado direto de um erro por parte do indivíduo. Já notamos que o livro de Jó aponta isso de forma muito poderosa, pois Jó, um homem justo pela advertência de todos, enfrentou perdas insondáveis. Hoje, vemos problemas semelhantes.

Prédios desabam, tempestades causam estragos, ferramentas quebram, animais morrem, pessoas ficam doentes ou machucadas, e tudo isso parece ocorrer nos momentos mais inconvenientes. O resultado líquido é que as pessoas não prosperam de acordo com suas habilidades e esforços, mas como Eclesiastes observa, o tempo e o acaso os ultrapassam. Por causa disso, o conceito de justiça social do Antigo Testamento, embora comece com a premissa de que cada indivíduo precisa puxar sua carga justa e por isso enfatiza a justiça prescritiva, reconhece que as coisas acontecem e cada indivíduo não obtém o que ele ou ela poderia esperar de seus labores.

A vida não é justa é uma boa descrição desse problema. Portanto, a Torá estabelece o que poderíamos chamar de rede de segurança, projetada para capturar indivíduos que encontram tragédias inesperadas na vida, a fim de permitir que eles se recuperem. Por causa da estrutura da sociedade, chamamos essas pessoas de outliers sociais.

Várias dessas redes de segurança e linhas de segurança estão entrelaçadas nas estipulações específicas da Torá, mas nós as cobriremos na parte quatro.

Este é o Dr. Michael Harbin em seu ensinamento sobre Justiça Social para Desvantagens Sociais no Antigo Israel. Esta é a Parte 3: O que é justiça social?